

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ TÉCNICO DE INTEGRIDADE – CTI

EXTRATO DE ATA DA 9ª REUNIÃO

DATA: 08/04/2025

Local: Sala de reuniões ASSAD, 8º andar

Horário: 11h

Participantes: Wagner Alessander Ferreira (AECI), Tania Gomes Ribeiro de Moraes (OUVIR), Marcos de Souza Guimarães (COGER), Kamilla Ramalho da Silva (CE). Participantes Convidados: Antonio Afonso da Silva (AECI), Andrea Pinheiro de Barros (AECI), Márcia Alves Figueiredo (APSD), Manoel Humberto Lemos da Silva (SPOA).

Pauta:

1. Inclusão de nova ação (Capacitar servidores e gestores do Ministério sobre os direitos e responsabilidades dos trabalhadores terceirizados, visando à correta execução dos contratos e o cumprimento da legislação vigente) no Plano de Integridade 2024-2027, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Recursos Logísticos (CGRL);
2. Monitoramento do Plano de Integridade MME 2024-2027 - rever os prazos de entrega: AM 13 (Adotar providências junto ao NSC/GSI-PR para credenciamento dos GSC titular e substituto e habilitação do Ministério como Órgão de Registro de Nível 1 - ORN1 – abr/25) e CC 12 (Treinar/orientar a equipe do protocolo sobre o tratamento a ser dado a documentos sigilosos classificados ou passíveis de classificação – mar/25); e
3. Assuntos Gerais (sugestão de Boletim Momento integridade – Qual a responsabilidade da administração pública na terceirização?).

ABERTURA

Realizou-se a 9ª reunião do Comitê Técnico de Integridade (CTI) do Ministério de Minas e Energia - MME, sob a coordenação do Chefe da Assessoria Especial de Conformidade, Integridade e Controle Interno (AECI), com o comparecimento dos participantes conforme lista de presença. O Coordenador procedeu à abertura dos trabalhos, de acordo com a pauta.

DELIBERAÇÕES / ENCAMINHAMENTOS

1. Inclusão de nova ação (Capacitar servidores e gestores do Ministério sobre os direitos e responsabilidades dos trabalhadores terceirizados, visando à correta execução dos contratos e o cumprimento da legislação vigente) no Plano de Integridade 2024-2027, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Recursos Logísticos (CGRL).

O Corregedor e membro do CTI propôs incluir no Plano de Integridade uma nova ação voltada à capacitação de servidores e gestores do Ministério sobre os direitos e responsabilidades dos trabalhadores terceirizados, com prazo de execução até dezembro de 2025. O objetivo é garantir o cumprimento da legislação e fortalecer as boas práticas na gestão de contratos de terceirização. O Assessor da Subsecretaria de Planejamento,

Orçamento e Administração (SPOA) destacou a relevância do tema, dada a complexidade das relações com empresas terceirizadas. A proposta foi aprovada por unanimidade, e o Plano de Integridade será atualizado para a versão 2.1.

- 2. Monitoramento do Plano de Integridade MME 2024-2027 - rever os prazos de entrega: AM 13 (Adotar providências junto ao NSC/GSI-PR para credenciamento dos GSC titular e substituto e habilitação do Ministério como Órgão de Registro de Nível 1 - ORN1 – abr/25) e CC 12 (Treinar/orientar a equipe do protocolo sobre o tratamento a ser dado a documentos sigilosos classificados ou passíveis de classificação – mar/25).**

O Coordenador do CTI propôs a prorrogação do prazo das ações AM 13 e CC 12 até dezembro de 2025. A AM 13 depende de autorização do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para acesso ao Sistema Infoseg, o que tem impedido o credenciamento do MME junto ao GSI. Já a CC 12, por estar vinculada à AM 13, também será afetada. Os membros concordaram com a proposta, e as alterações serão incorporadas à versão 2.1 do Plano de Integridade.

- 3. Assuntos Gerais (sugestão de Boletim Momento integridade – Qual a responsabilidade da administração pública na terceirização?).**

O Coordenador do (CTI) ressaltou a importância da participação ativa dos membros do Comitê no envio de sugestões de temas para compor as edições do Boletim "Momento Integridade". Na oportunidade, o Assessor da SPOA comprometeu-se a encaminhar, por e-mail, subsídios que contribuam com o desenvolvimento da matéria sugerida.